A tributação do vendedor

Dr Alexander Ressos, TEP
Attorney-at-Law (Switzerland and Germany),
Solicitor (England & Wales and Hong Kong)
Of Counsel, KGP Legal LLC
alexander.ressos@kgplegal.com.sg
www.ressos.com.sg

O fundador que vende ações de uma AG ou quotas de uma GmbH suíça detidas como patrimônio privado realiza um ganho de capital privado isento, sujeito a duas armadilhas que a prática suíça vem refinando há décadas e que se aplicam com toda a força aos negócios de cripto.[1] A primeira é a liquidação parcial indireta. Ela se aplica se o comprador for uma sociedade ou uma pessoa que detém as participações como patrimônio empresarial e, nos cinco anos seguintes à venda, distribuir reservas não necessárias à atividade que já existiam no momento da venda, com a colaboração do vendedor. Nessa medida, o ganho do vendedor é então requalificado como rendimento de investimento tributável.[2] Uma sociedade de cripto que mantém uma grande tesouraria em tokens acima de suas necessidades operacionais é o caso paradigmático de substância distribuível. O vendedor deve distribuir o excedente antes da venda, o que é tributável para ele como dividendo, mas à alíquota parcialmente reduzida, ou obter do comprador um compromisso contratual de não fazer distribuições e uma solução de consulta prévia (advance ruling) da administração tributária cantonal. A segunda é a transposição, que requalifica o ganho quando o vendedor transfere as participações a uma sociedade que ele próprio controla.[3] Nenhuma das armadilhas se aplica a um fundador submetido à tributação por valor fixo (lump sum) descrita no Capítulo I, para quem a venda simplesmente fica fora do cálculo.

© 2026 Dr Alexander Ressos. General information only, not legal, tax or investment advice. No client relationship is created. All Singapore law advice is provided by a duly licensed and regulated firm of Singapore advocates and solicitors only on the basis of an express written letter of engagement. More information at SingaporeIQ.com and ressos.com.sg.

O fundador de Singapura que vende ações de uma Pte. Ltd. detidas como investimento realiza um ganho de capital não tributado. O comprador paga imposto de selo de 0,2% sobre o maior valor entre o preço e o valor patrimonial líquido das ações. A única exposição do vendedor é a questão de saber se o fundador negociava sociedades como atividade, o que não se coloca para um fundador que construiu e vendeu um único negócio.[4] A regra da seção 10L sobre ganhos de alienação de fonte estrangeira aplica-se a entidades, de modo que um fundador que vende pessoalmente fica fora dela. Um fundador que detém a sociedade de Singapura por meio de uma holding suíça obtém a redução por participação (Beteiligungsabzug) suíça sobre o ganho após um período de detenção de um ano, o que reduz o imposto suíço sobre o lucro incidente sobre o ganho a uma fração da alíquota ordinária.[5]

Um earn-out pago em tokens do comprador acrescenta uma camada. Para um vendedor privado suíço, o earn-out integra o ganho de capital isento se for contraprestação pelas participações. É rendimento do trabalho se for, em substância, um pagamento de retenção pela continuidade dos serviços do fundador. A administração tributária de Zug interpreta os earn-outs condicionados à permanência do fundador no emprego como pertencentes à segunda categoria.[6] Para um vendedor de Singapura, aplica-se a mesma distinção, e a IRAS (Inland Revenue Authority of Singapore, a autoridade tributária) chega à mesma resposta. A consequência para a estruturação é que o earn-out deve estar vinculado ao desempenho do negócio, e nunca à presença do fundador, se o tratamento como ganho de capital tiver de se manter.

Notas

1. Lei federal suíça do imposto federal direto (DBG/DFTA), SR 642.11, art. 16, al. 3 (ganhos de capital privados isentos). Parte G, Capítulo II. ↩
2. DFTA, SR 642.11, art. 20a, al. 1, let. a (liquidação parcial indireta: venda de uma participação de pelo menos 20% do patrimônio privado para o patrimônio empresarial, seguida, em cinco anos, de uma distribuição de substância não necessária à atividade existente no momento da venda, com a colaboração do vendedor); Circular n.º 14 da Administração Federal das

© 2026 Dr Alexander Ressos. General information only, not legal, tax or investment advice. No client relationship is created. All Singapore law advice is provided by a duly licensed and regulated firm of Singapore advocates and solicitors only on the basis of an express written letter of engagement. More information at SingaporeIQ.com and ressos.com.sg.

Contribuições (AFC/FTA), de 6 de novembro de 2007. Parte G, Capítulo IV. ↩

3. DFTA, SR 642.11, art. 20a, al. 1, let. b (transposição). ↩
4. Stamp Duties Act 1929 (2020 Rev. Ed.), First Schedule, Article 3(c) (imposto sobre a transferência de ações de 0,2% do preço ou do valor, o que for maior). Parte M, Capítulo II. ↩
5. DFTA, SR 642.11, art. 70, al. 4 (redução por participação sobre ganhos de capital provenientes de participações de pelo menos 10% detidas por pelo menos um ano). Parte G, Capítulo IX. ↩
6. Circular n.º 37 da AFC/FTA, de 30 de outubro de 2020, seção sobre earn-outs e pagamentos de retenção; BGer 2C_618/2014, de 3 de abril de 2015 (qualificação de pagamentos condicionados à permanência no emprego como rendimento do trabalho). Parte G, Capítulo IV. ↩

Disclaimer

This article is provided for general information only. It is based on publicly available sources as at its date of publication. These sources have not been independently verified against licences, regulatory registers or the records of the entities concerned. It is not legal, tax, financial or investment advice. Nor is it a recommendation to invest in, transact with or use the services of any entity mentioned. Law and regulation change frequently, so the content may be incomplete or outdated. To the fullest extent permitted by law, Dr Alexander Ressos and the publisher of SingaporeIQ exclude all liability for loss or damage arising from the use of or reliance on this article. Readers should obtain advice on their specific circumstances before acting or refraining from action.

Names and trademarks of the entities discussed belong to their owners and are used for identification only. Their mention implies no endorsement, affiliation or allegation of wrongdoing. All Singapore law advice is provided by a duly licensed and regulated firm of Singapore advocates and solicitors only on the basis of an express written letter of engagement. Corrections and updates: contact@ressos.com.

© 2026 Dr Alexander Ressos. This article may be quoted with attribution to SingaporeIQ (SingaporeIQ.com). Reproduction in full and any commercial use require prior written consent. The Legal Terms at https://singaporeiq.com/legal-terms apply.

Author contact: Dr Alexander Ressos, TEP · contact@ressos.com

© 2026 Dr Alexander Ressos. General information only, not legal, tax or investment advice. No client relationship is created. All Singapore law advice is provided by a duly licensed and regulated firm of Singapore advocates and solicitors only on the basis of an express written letter of engagement. More information at SingaporeIQ.com and ressos.com.sg.